

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

Novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá

PARECER Nº 002, de 29 de junho 2022.

OBJETO: *Projeto de Lei Ordinária nº 064/2022*, que “*Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), neste exercício, oriundos de transferência da União, à Sociedade Beneficente Anália Franco, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, junto ao orçamento municipal de 2022, e contém outras disposições.*”

AUTORIA: PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que objetiva a autorização de repasse de recursos transferidos pela União, oriundos de Emenda Parlamentar, à Sociedade Beneficente Anália Franco.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão Ordinária, ou extraordinária conforme o caso. Cumpre informar que caso seja apresentada emenda, com fulcro no art. 99 do novo RICMU, essas não serão analisadas por essa comissão, tendo em vista a apresentação deste.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

De acordo com a Mensagem nº 43, de 23 de maio de 2022, bem como os anexos que a acompanham, o número da ação que constou nas Leis Municipais nº 4.978 e 4.981, ambas de 04 de maio de 2022 não engloba a Sociedade beneficente Anália Franco.

Desse modo, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 41 do novo Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 1/2022):

Art. 41. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sem prejuízo dos assuntos específicos das demais comissões, sobre todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto à forma técnico-legislativa e de linguística das proposições e:

I - manifestar sobre todas as matérias e proposições em tramitação na Câmara;

(...)

Feito o relatório, passa-se a opinar.

I- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao *Prefeito Municipal* e aos Cidadãos.

Considerando que a análise quanto à constitucionalidade e legalidade do projeto de lei nº 32/2022 já foi realizada por essa comissão, atendo-me à alteração redacional pretendida, qual seja, a retificação de ficha orçamentária.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Uma vez que não há dúvidas no tocante à *iniciativa* para a propositura de projetos de lei referentes à crédito suplementar, sendo essas *privativas do chefe do Poder Executivo* federal, estadual e municipal, (conforme previsto no art. 165, incisos I, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; no art. 66, inciso III, alíneas "h" e "i", da Constituição do Estado de Minas Gerais; e no art. 95, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Ubá) somente o gestor público terá legitimidade para alterar a ficha orçamentária prevista em lei.

Nesse caso, a matéria em questão compreende a atribuição privativa do chefe do Executivo, não havendo, portanto, vício de iniciativa.

Ao adentrar na *análise meritória* do projeto, a finalidade da presente proposição é a de corrigir o erro material cometido no Projeto de Lei nº 32/2022, que tramitou nesta Casa de Leis. Foi informado pelo Gerente da Divisão de Gestão Orçamentária, Kleber de Almeida Peppe, que a suplementação do crédito autorizado estava aquém do necessário. Isso porque foi solicitada uma suplementação de apenas R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na dotação orçamentária 02 09 0108 244 0013 0.108 335043 F-2120 DR 129. Entretanto, além deste valor estar muito abaixo do necessário (que seria uma suplementação no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a Sociedade Beneficente Anália Franco NÃO ESTAVA incluída, naquele momento, entre as instituições que poderiam receber verba através a ação 0.108.

Portanto, fez-se necessário encaminhar este projeto de lei para que o montante no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) fosse autorizado a ser enviado para a Sociedade Beneficente Anália Franco, oriundo de emendas parlamentares dos Deputados Federais Eduardo Barbosa (R\$ 50.000,00) e Rodrigo de Castro (R\$ 65.000,00). Em tempo: Agora a Sociedade Beneficente Anália Franco está sendo incluída como entidade apta a receber recursos por meio do número de ação 0.108.

Quanto ao *quórum de aprovação* o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá disciplina que as deliberações do Plenário quando se tratar de projeto de lei ordinária será



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

apreciada em turno único de votação e, regra geral, serão tomadas por maioria simples (art. 72 c/c art. 83, novo RICMU).

Por estes fundamentos, entendemos que o projeto de Lei em Referência é legal e constitucional, além de atender aos requisitos constitucionais e legais relativos à matéria, bem como os princípios gerais da Administração Pública e demais normas de Direito Ambiental e Financeiro. Ressaltamos, também, que o projeto está redigido em boa técnica legislativa e atende aos parâmetros de juridicidade, não havendo nenhuma violação reflexa ao ordenamento jurídico.

II- CONCLUSÃO

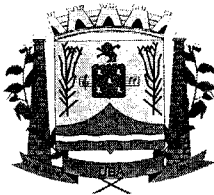
Logo, o parecer é pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 064/2022. Informa-se ainda que lei ordinária será apreciada em *turno único de votação* e sua aprovação depende de *maioria simples* da Câmara (Art. 72, c/c art. 83 do novo RICMU).

Ubá, 29 de junho de 2022.



GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS

RELATOR



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



Rejeitado

Por:

Em:

todos
22/06/2023

Felipe Soares da Silva

Vereador
Presidente da CLJR